



**GABINETE DEPUTADO CARLINHOS BESSA (PV)**

**Comissão de Constituição, Justiça e Redação – CCJR**

**PROJETO DE LEI Nº 241/2023**

**PROPOSITOR:** DEPUTADO FELIPE SOUZA

**RELATOR:** DEPUTADO CARLINHOS BESSA

**INSTITUI** ações de enfrentamento a violência contra o idoso no Estado do Amazonas.

**PARECER**

**I – RELATÓRIO:**

Submete-se à apreciação desta Comissão o Projeto de Lei nº 241/2023, de autoria do Ilustre Deputado Felipe Souza que institui ações de enfrentamento a violência contra o idoso no Estado do Amazonas.

A proposição foi apresentada no dia 15 de março de 2023, sendo incluída em pauta nas reuniões ordinárias, não tendo recebido emendas.

Seguindo o Processo Legislativo, os autos foram encaminhados a esta Comissão de Constituição, Justiça e Redação para análise de seus aspectos constitucional, legal e jurídico, nos termos do disposto no Art. 27, inc. I, alínea “a”<sup>1</sup> c/c Art. 127, §1º, inc. III<sup>2</sup>, do Regimento Interno.

Passo a emitir Parecer, na tentativa de criar juízo de valor, conclamando os nobres pares desta Comissão e ao douto Plenário deste Poder, para acompanhar o parecer deste relator.

É o breve relatório. Passo a opinar.

**II – FUNDAMENTAÇÃO:**

<sup>1</sup> Art. 27. As Comissões Técnicas Permanentes exercem os procedimentos firmados no art. 26 deste Regimento, nos limites estabelecidos na Constituição Estadual, com as seguintes denominações e abrangências temáticas: I – Comissão de Constituição, Justiça e Redação: a) aspecto constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica legislativa de proposições sujeitas à apreciação da Assembleia e de matérias que lhe sejam encaminhadas.

<sup>2</sup> Art. 127. (...) §1º A proposição é despachada às comissões pelo Presidente da Assembleia, obedecendo aos seguintes procedimentos: (...) III – distribuição da matéria às comissões permanentes, iniciando a análise pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que efetua o exame de admissibilidade jurídica e legislativa, salvo exceções contidas neste Regimento.





**GABINETE DEPUTADO CARLINHOS BESSA (PV)**

Com base no que dispõem o Art. 33, caput, da Constituição Estadual<sup>3</sup> e Art. 87, inc. I, do Regimento Interno<sup>4</sup>, o eminente deputado Felipe Souza submete para apreciação desta Casa Legislativa a presente propositura justificando a iniciativa, na necessidade de promover e garantir os direitos dos idosos, que são frequentemente vítimas de diversos tipos de violência.

O Autor justifica o projeto informando que a instituição de ações de enfrentamento a violência contra o idoso no estado de Amazonas se faz necessária para garantir o pleno exercício dos direitos humanos dos idosos, proporcionando-lhes um envelhecimento saudável e digno, com respeito a sua autonomia, integridade física e psicológico, além de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e solidária.

Procedendo, então, a devida análise de constitucionalidade e juridicidade, a presente propositura se encontra devidamente ancorada na competência legislativa atribuída aos parlamentares nos ditames da Constituição Federal e da Constituição amazonense.

Quanto à matéria de fato, é pertinente a presente propositura, uma vez que cabe ao Estado o dever de proteção dos idosos, até mesmo em obediência e respeito ao princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, sendo este um dos grandes enfoques da sociedade atual dado o crescimento desta parcela populacional.

Em que pese a existência de lei federal sobre a pessoa idosa, há de se destacar que não há inconstitucionalidade em proposituras concorrentes a título suplementar, especificando a temática nos moldes da realidade regional, conforme previsão expressa dos §§ 1º e 2º do art. 24 da Constituição Federal<sup>5</sup>. Nessa linha, a Lei

<sup>3</sup> Art. 33. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça, ao Defensor Público-Geral, ao Tribunal de Contas do Estado e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

<sup>4</sup> Art. 87. A apresentação de projetos respeita a iniciativa privativa, nos termos da Constituição do Estado, admitindo-se as seguintes hipóteses quanto à autoria: I – Deputado e ou Deputados em conjunto, com limite de 02 (dois) Deputados por Projeto;

<sup>5</sup> § 1º No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.





**GABINETE DEPUTADO CARLINHOS BESSA (PV)**

nº 10.741/2003, o Estatuto do Idoso, define que a política de atendimento à pessoa idosa deverá ser feita em conjunto pela União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Conforme disposto no art. 23, II da Constituição Federal é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, promover saúde pública e assistência pública:

Art. 23. É **competência comum** da União, dos **Estados**, do Distrito Federal e dos Municípios:

(...)

II - **cuidar da saúde e assistência pública**, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

É notório que o idoso se encontra, na maior parte dos casos, em situação de vulnerabilidade econômica e social, devendo, portanto, receber tratamento prioritário e proteção integral pela sociedade, nos moldes do art. 230 da Constituição Federal:

Art. 230. A família, a sociedade e **o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas**, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.

Outrossim, de acordo com o art. 3º, § 1º, inciso II, da Lei nº 10.741/2003, é garantido ao idoso a preferência na formulação e na execução de políticas sociais públicas específicas:

Art. 3º (...)

§ 1º A garantia de prioridade compreende:

(...)

II – preferência na formulação e na execução de políticas sociais públicas específicas;

§ 2º A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.





**GABINETE DEPUTADO CARLINHOS BESSA (PV)**

Ainda, no que diz respeito à constitucionalidade e juridicidade, se verifica que o tema tratado no referido Projeto de Lei é de competência legislativa residual plena e concorrente conforme art. 18, XV da Constituição do Estado do Amazonas:

Art. 18. **Compete ao Estado**, respeitadas as normas gerais estabelecidas em lei federal, **legislar concorrentemente** com a União sobre:

(...)

XV - **proteção** à infância, à juventude e **ao idoso**;

Pertinente ressaltar, ainda, os seguintes dispositivos da Carta Estadual:

Art. 4º **O Estado e os Municípios assegurarão o pleno exercício dos direitos sociais** contemplados na Constituição da República, inclusive os concernentes aos trabalhadores urbanos e rurais, mediante:

(...)

VI - **a proteção** à maternidade, à criança, ao adolescente, ao jovem, **ao idoso**, ao deficiente e ao desamparado; (Redação dada pela EC n. 76, de 10.07.2013)

Art. 244. **O Estado e os Municípios promoverão**, em ação conjunta com a família e entidades particulares, **programas de assistência** à maternidade, à infância, ao adolescente, **ao idoso**, ao deficiente, com prioridade às famílias de baixa renda e de prole numerosa, objetivando:

(...)

III - **a proteção** ao menor, aos dependentes incapazes e **aos idosos** contra toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência e opressão.

Sendo assim, encontra-se totalmente ancorada na competência concorrente, insculpida na Carta Magna Federal e Estadual. Desta feita, como o Projeto de Lei em destaque está de acordo com as normas constitucionais e legais de competência, cumpre esta Comissão de Constituição e Justiça reconhecer à constitucionalidade do projeto de lei.

**III – CONCLUSÃO:**





**PODER LEGISLATIVO**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DO AMAZONAS

**GABINETE DEPUTADO CARLINHOS BESSA (PV)**

Diante do exposto, considerando que o presente projeto atende os requisitos formais exigidos pela ordem constitucional e legal, manifesto **VOTO FAVORÁVEL** ao prosseguimento do Projeto de Lei nº 241/2023, de autoria do Deputado Felipe Souza, conclamando aos nobres pares desta Comissão e ao Plenário desta Casa idêntico voto.

Manaus, 30 de maio de 2023.

**Deputado Carlinhos Bessa**  
**Relator**



Assembleia Legislativa do Amazonas  
Praça Ypiranga, 3950 - Flores  
Gabinete Deputado Carlinhos Bessa - 3º andar

(92) 3183-4453  
(92) 3183-4436  
(92) 99381-1178

@deputadoCarlinhosBessa  
@deputadoCarlinhosBessa

www.carlinhosbessa.com.br  
deputado.carlinhosbessa@aleam.gov.br  
deputadocarlinhosbessa@gmail.com



**PODER LEGISLATIVO**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DO AMAZONAS

## ASSINATURAS DIGITAIS

CARLOS EDUARDO BESSA DE SA - DEPUTADO(A) - EM 30/05/2023 12:39:43

